

continuação

ATA - AMAZONAS TERRA AMBIENTAL E SERVIÇOS S/A

CNPJ/MF nº 00.959.203/0001-00

18. Despesas Administrativas: As despesas relacionadas às atividades administrativas, as quais incluem as despesas com tecnologia da informação, estão detalhadas nas seguintes naturezas:

	2012	2011
Salários	5.764.303	2.391.486
Encargos Sociais	1.906.305	728.637
Administrativo	1.126.703	836.941
Despesas Comerciais	2.200	1.998
Serviços de Terceiros	1.141.119	1.098.430
Veículos	763.110	416.423
Máquinas e Equipamentos	52.874	20.768
Depreciação	1.482.113	1.482.113
Outras despesas administrativas	83.509	43.230
	12.322.235	5.537.913

19. Receita/Despesas Financeiras Líquidas: O Resultado Financeiro está detalhado como segue:

	2012	2011
Receitas Financeiras	426.184	384.165
Descontos Obtidos	21.206	16.987
Juros Taxa SELIC	385.731	364.666
Juros Ativos	19.247	2.512
Despesas Financeiras	(3.357.775)	(2.105.090)
Juros Passivos	(1.533.068)	(107.158)
Tarifas Bancárias	(47.746)	(50.034)
Juros Bancários	(1.690.707)	(1.747.256)
Multas Financeiras	(10.313)	(200.642)
IOF - Imposto s/ Operações Financeiras	(75.941)	-
Receita / Despesas Financeiras Líquidas	(2.931.591)	(1.720.925)

20. Outras Receitas Operacionais: A Seguir estão apresentadas as demais receitas atribuídas às atividades operacionais:

	2012	2011
Locação de Máquinas e Equipamentos	33.496	-
Recuperação de Despesas	24.305	12.969
	57.801	12.969

**José Soares dos Santos Filho -
Diretor Geral**

**Janaina Arcaño Lima -
Diretora Administrativa e Financeira**

**Luzinária Ribeiro Pereira -
Contadora - CRC nº 008957-O-MA "T"-PA**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **ATA AMAZONAS TERRA AMBIENTAL E SERVIÇOS S/A** - Paraoepebas - PA. Examinamos as demonstrações financeiras da **ATA AMAZONAS TERRA AMBIENTAL E SERVIÇOS S/A** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e resultado abrangente e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para opinião com ressalva por limitação de escopo:** Não recebemos resposta a nossa carta de circularização para confirmação de saldos e operações de qualquer natureza do Banco Bradesco S.A. Diante dos fatos, não podemos afirmar sobre a inexistên-

cia de possíveis passivos, entres eles empréstimos e garantias, avais ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registrados e/ou divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012. Conforme mencionado em nota explicativa nº 8, a Companhia possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$6.994 mil, decorrente de Instrumento Particular de Cessão de Crédito com a Hidrelma - Hidráulica, Elétrica e Manutenção LTDA, referente a assunção de dívidas da referida empresa, estando em aberto desde 2010 quando da assinatura do Instrumento. Devido à natureza desses créditos, riscos que envolvem a sua realização e a ausência de mensuração do valor justo na data base de 31 de dezembro de 2012, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores. Conforme nota explicativa nº 9, o saldo do estoque constituído pela Companhia, com o objetivo de utilização própria no curso normal de sua atividade, registrado na conta "Estoques", no ativo circulante está representado por R\$1.206 mil, em 31 de dezembro de 2012. No entanto, não acompanhamos o inventário físico nem foi possível satisfazer-nos sobre a existência dos estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Como consequência, encontramos impossibilitados de atestar a adequação do saldo representativo desses estoques, naquela data. A Companhia está em processo de levantamento, tombamento e chapeamento dos bens que compõe o seu ativo imobilizado, que permitam correlacioná-los aos controles existentes, contudo até a conclusão de nossos exames, os trabalhos não haviam sido concluídos. Dessa forma, não nos foi possível através de procedimentos alternativos de auditoria concluir quanto a existência e totalidade dos referidos bens. Adicionalmente, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitam avaliar se o referido ativo imobilizado será recuperado em sua totalidade, em atendimento ao requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 01) e Conselho Federal de Contabilidade. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e despesa de depreciação, nos montantes de R\$5.608 mil e R\$1.505 mil, respectivamente, bem como seus respectivos reflexos tributários advindos deste tema em 31 de dezembro de 2012. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, a Administração da Companhia encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências passivas, visando a dar conformidade ao estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). Em função do atual estágio deste processo, não é possível concluir sobre a adequação da rubrica

de depósitos judiciais e provisão para contingências nos montantes de R\$2.630 mil e R\$1.585 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012, e seus possíveis reflexos no resultado. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva por limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ATA AMAZONAS TERRA AMBIENTAL E SERVIÇOS S/A** em 31 de Dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Enfases:** As demonstrações contábeis da **Ata Amazonas Terra Ambiental e Serviços S.A.** foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Entretanto, a Companhia vem apresentando prejuízos contínuos, deficiência de capital de giro e elevação da participação de capital de terceiros. Adicionalmente, a Companhia cancelou um contrato de prestação de serviços com a Companhia Vale do Rio Doce que representa 90% de sua geração de receita operacional. Essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar em operação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras da **Ata Amazonas Terra Ambiental e Serviços S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de maio de 2012 com ressalva quanto aos seguintes assuntos: i) ausência de resposta de circularização das instituições financeiras Caixa Econômica Federal e Bradesco; ii) Ausência de acompanhamento de inventário físico do estoque; iii) Ausência de controles auxiliares analíticos de depósitos judiciais e contingências e iv) ausência de estimativa de vida útil econômica do ativo imobilizado, e todos esses assuntos não foram regularizados no exercício corrente. Goiânia, 19 de abril de 2013.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador - CRC 1GO - 014553/O-0

BDO

edições

4009-7817